

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE
**RECONHECIMENTO DO RELEVANTE
INTERESSE PÚBLICO DE AÇÕES
INTEGRADAS EM ÁREAS DE REN**

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

1. Apresentação

A presente norma tem por objectivo fundamental clarificar e sistematizar os procedimentos relativos a **Ações de Relevante Interesse Público** de ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) que sejam susceptíveis de serem reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, conforme previsto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que definiu o Regime Jurídico da REN (RJREN).

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação deste tipo de processos.

Esta norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto-Lei n.º 166/2008**, de 22 de agosto, na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 124/2019**, de 28 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN).

3. Tramitação dos processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de reconhecimento do Relevante Interesse Público (RIP) de ações que se insiram em áreas de REN.

A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

| ENQUADRAMENTO LEGAL | ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO |
|--|--|
| Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019 | <p>1. Pedido de reconhecimento de RIP da(s) ação(ões) pretendida(s)</p> <p>1.1. O requerente envia o pedido de reconhecimento de RIP da(s) ação(ões) à CCDRC, devidamente instruído com os elementos/informações constantes do Modelo de Requerimento e do Modelo de Memória Descritiva e Justificativa (ver n.º 5 da presente norma).</p> |
| Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019 | <p>2. Parecer da CCDRC</p> <p>2.1. <u>A CCDRC regista a entrada do pedido.</u></p> <p>2.2. <u>A CCDRC verifica a instrução do processo</u>, solicitando elementos que se mostrem necessários para a sua apreciação, incluindo a apresentação de pareceres, em razão da localização, a emitir por entidades externas.</p> <p>2.3. <u>Quando solicitado pela CCDRC, o requerente remete os elementos instrutórios e pareceres.</u></p> <p>2.4. A CCDRC regista a entrada dos elementos solicitados ao requerente, quando aplicável.</p> <p>2.5. A CCDRC pondera o pedido e procede à sua avaliação.</p> |

[Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019](#)

Nota: Eventualmente a CCDRC pode solicitar esclarecimentos ou elementos complementares, fixando um prazo para resposta. A CCDRC suspende o procedimento até à obtenção da resposta (CPA, artigo 118.º.1).

2.6. A CCDRC verifica se o pedido reúne condições para reconhecimento de ação de RIP:

2.6.1 - No caso de o pedido não reunir condições para ser submetido a reconhecimento de RIP, o requerente é informado em conformidade, nomeadamente nas seguintes situações:

- i) Quando está sujeito a procedimento de AIA;
- ii) Quando tenha sido sujeito a procedimento de AIA e:
 - Tenha obtido Declaração de Impacte Ambiental (DIA) ou Decisão de Incidências Ambientais (DInCA) favorável ou condicionalmente favorável (n.º 7 do artigo 16.º-A do RJREN);
 - Tenha sido objeto de DIA ou DInCA desfavorável;
- iii) Em caso de indevida instrução do processo, nomeadamente pela falta do reconhecimento de interesse municipal, ausência de justificação fundamentada, desconformidade com o Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor, parecer de entidade externa desfavorável, etc..

2.6.2 - No caso de o pedido reunir condições para ser submetido a reconhecimento de RIP, a CCDRC envia para a tutela a sua avaliação, acompanhada dos respetivos documentos do processo, bem como a proposta de despacho.

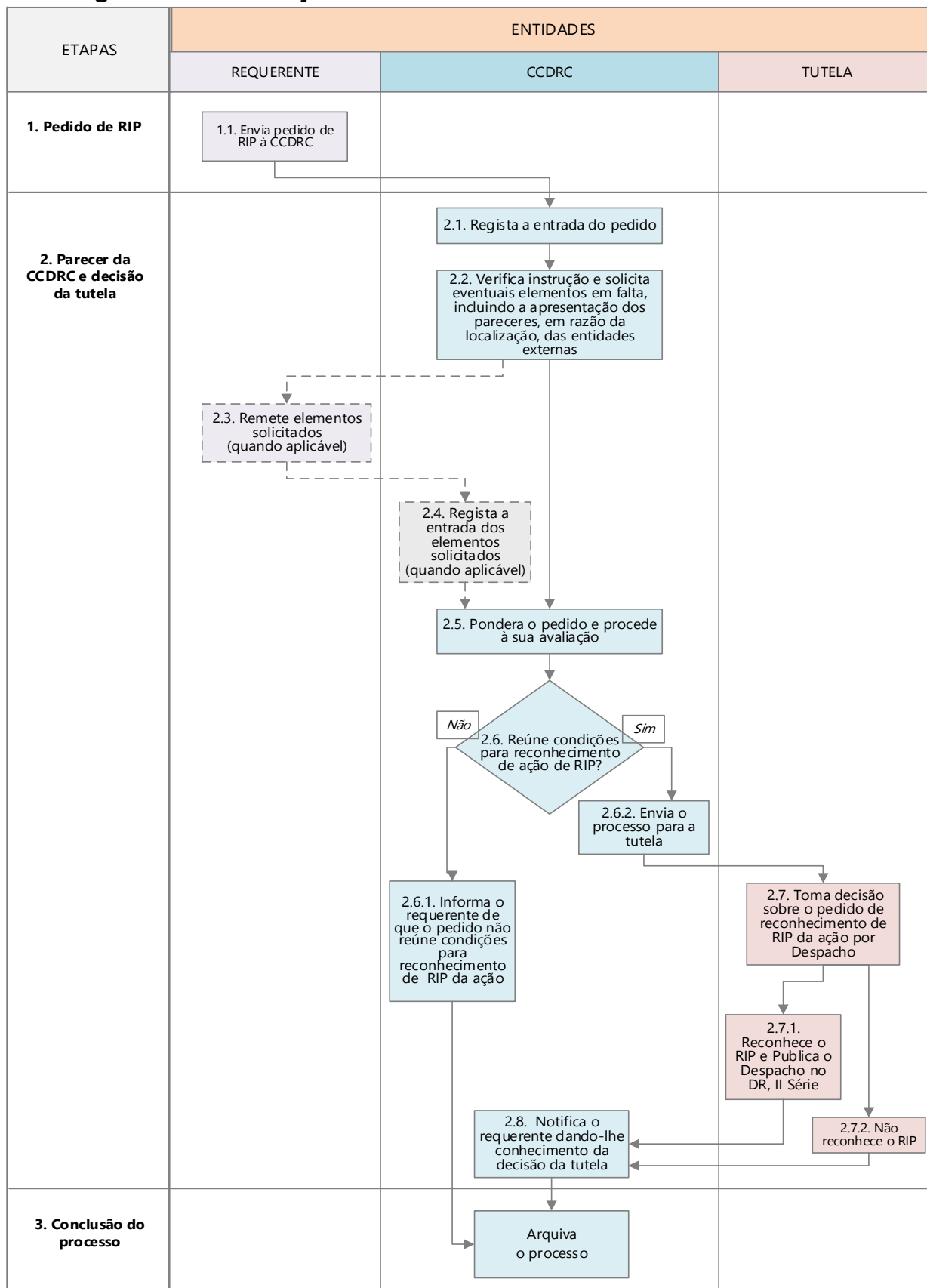
2.7. O membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e o membro do Governo competente em razão da matéria tomam decisão:

2.7..1 - Favorável, reconhecendo, por despacho, o Relevante Interesse Público da(s) ação(ões) (Decreto-Lei n.º 166/2008, na redação do Decreto-Lei n.º 124/2019, artigo 21.º), sendo o mesmo publicado em Diário da República (II Série).

2.7..2 - Desfavorável, não reconhecendo o Relevante Interesse

| | |
|--|--|
| | <p>Público.</p> <p>2.8. <u>A CCDRC notifica o requerente</u> dando-lhe conhecimento da decisão da tutela.</p> <p>3. Conclusão do processo</p> <p>3.1. Concluído o processo a <u>CCDRC procede ao seu arquivamento</u></p> |
|--|--|

4. Fluxograma da tramitação



4. Modelo de requerimento, com modelo de memória descritiva e justificativa, relativos a ações de RIP, disponíveis no portal da CCDRC em:

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / RIP - (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 4/2019)